



A Insolvência Civil no Direito Inglês

Um Estudo do *Insolvency Act 1986* e do *Enterprise Act 2002*

Fabiane Andrea Wallauer Guerra¹ e Gerson Branco²

¹ Estudante, Graduação, Direito – UFRGS

² Professor Orientador, Faculdade de Direito, Departamento de Direito Privado - UFRGS

INTRODUÇÃO

A pesquisa consiste no exame do tratamento conferido à insolvência civil pelo direito inglês. Hoje os principais procedimentos formais disponíveis estão previstos *no Insolvency Act 1986*. São eles o *Individual Voluntary Arrangement* - IVA (IA 1986, Part VIII) e a *Bankruptcy Order* (IA 1986, Part IX).

O IVA é a principal alternativa formal à *bankruptcy*. Consiste em um acordo entre devedores e credores, facilitado por um administrador privado, e que vincula a todos os credores, quando aprovado por maioria superior a 75% do valor dos créditos, considerados os credores que tenham votado em um ou em outro sentido. Os acordos são flexíveis e submetidos a poucos limites legais. A proposta apresentada pelo devedor constitui usualmente uma forma de evitar a insolvência. Porém, também é possível que um devedor faça uma proposta com o objetivo de reverter uma insolvência já decretada (*bankruptcy*).

A *Bankruptcy Order* pode ser iniciada pelo devedor, pelo credor ou pelo supervisor do IVA. Com ela, todas as execuções individuais contra o credor são suspensas e, no máximo em um ano, o devedor insolvente é totalmente desonerado de suas dívidas. Essa desoneração é uma ideia central da *bankruptcy*, no sentido de que se deve proporcionar um recomeço aos devedores. Com o intuito de penalizar devedores desonestos ou irresponsáveis, contudo, são impostas restrições adicionais, que perduram após a liberação do devedor, por um período de dois a quinze anos. Ao contrário do que ocorre no IVA, na *Bankruptcy Order* a atuação estatal tem papel dominante.

REFERÊNCIAS

As referências legais são o *Insolvency Act 1986*, (Parts VIII and IX) e o *Enterprise Act 2002*. As referências teóricas são:

- MCKENZIE SKENE, Donna W; WALTERS, Adrian. Consumer Bankruptcy Law Reform in Scotland, England and Wales. Social Science Research Network, Jul.2006, p. 2. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.914522>>. Acesso em 24 jul. 2014.
- WALTERS, Adrian. Individual Voluntary Arrangements: A 'Fresh Start' for Salaried Consumer Debtors in England and Wales? Portal de Periódicos da Capes. International Insolvency Review. Vol. 18 (1), pp. 5-36. 2009. pp. 21-22. Published on line in Wiley InterScience. Disponível em <www.interscience.wiley.com> DOI: 10.1002/iir.166. Acesso em 30 jul. 2014.
- SEALY, Len. S.; HOOLEY, Richard. J. A. Commercial Law: Texts, Cases and Materials. 4th ed. New York, NY: Oxford University Press, 2009.
- MILMAN, David. Personal Insolvency Law And The Challenges of a Dynamic, Enterprise-Driven Economy. HeinOnline. Singapore Academy of Law Journal. Vol. 20, n. 3, pp. 438 – 463. 2008. p. 454. Disponível em <http://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/saclj20&div=24&collection=journals&set_as_cursor=5&men_tab=srchresults&terms=Personal%20Insolvency%20Law&type=mattachall>. Acesso em 06 ago. 2014.

METODOLOGIA

O método utilizado para a realização da pesquisa é a investigação legal e doutrinária do direito inglês, realizada em meio eletrônico.

OBJETIVOS

- Examinar o tratamento conferido à insolvência civil pelo direito inglês;
- Identificar as estratégias preventivas à insolvência;
- Descrever os procedimentos relativos ao *Individual Voluntary Arrangement* e à *Bankruptcy Order*.

RESULTADOS PARCIAIS

O Reino Unido conta com um sistema organizado com o objetivo de informar e educar sua população, de forma a prevenir ou tratar a insolvência. Pelo fato de as estatísticas demonstrarem níveis crescentes de superendividamento, busca-se dar a essa elevação uma resposta política em dois aspectos. Em primeiro lugar, uma atenção governamental contínua no sentido de desenvolver estratégias preventivas visando à limitação do superendividamento. Em segundo lugar, reformas legislativas tendentes a modernizar a regulação da insolvência e de alinhá-la às necessidades da população. Especificamente no que se refere às atualizações legislativas, a edição do *Enterprise Act 2002* teve o claro objetivo de estimular o empreendedorismo por meio da diminuição do estigma relacionado à insolvência.